



ALTERNATIVAS AOS HERBICIDAS EM ÁREAS URBANAS E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS

SUMÁRIO:

- Enquadramento geral sobre a tendência atual de restrições e abandono de pesticidas em áreas urbanas. Estruturação da informação de modo a facilitar a análise do tema para apoio dos decisores políticos e técnicos das autarquias.
- Renovação do pedido de subscrição do Manifesto Autarquias sem Glifosato/Herbicidas.
- Apresentação da Rede Europeia de Localidades sem Pesticidas recentemente criada pela PAN (Pesticides Action Network) a que as autarquias a nível europeu poderão aderir mediante a subscrição de um Compromisso.



São muitos os desafios que a nossa sociedade enfrenta. A necessidade de gerir áreas urbanas e outros espaços públicos com uma abordagem mais natural e sem o recurso a pesticidas é um deles e um dos que terá impacto relevante na saúde humana.

De facto, à medida que certos problemas se agudizam – como o aumento da incidência do cancro ou a diminuição de polinizadores – cresce a preocupação e o questionamento em relação a algumas práticas que se instalaram nas últimas décadas. Uma delas é o caso da utilização dos pesticidas de síntese, o qual teve início no pós 2ª guerra mundial, com o advento da agricultura industrial, e que não se limitou à atividade agrícola mas acabou por se generalizar às áreas urbanas.

O enquadramento legal tem evoluído no sentido de sucessivas restrições ao uso dos pesticidas, mas é insuficiente não só pelo desfasamento em relação à ciência, às tendências e necessidades da sociedade como pelo seu incumprimento e difícil fiscalização que acabam por perverter o espírito da lei.

Assim, um pouco por todo o mundo, têm surgido iniciativas e dinâmicas em prol das alternativas a estes produtos tóxicos. Na agricultura o modo biológico e outras práticas naturais de produção, como a biodinâmica e permacultura, vão conquistando adeptos e mercados. Paralelamente a isso, em áreas urbanas há uma mobilização para que se tornem livres de pesticidas. Esta tendência por sua vez insere-se numa perspetiva mais alargada de espaços públicos mais produtivos e multifuncionais, esbatendo-se a fronteira entre campo/cidade ou meio urbano/meio rural. A evolução da vontade coletiva de um ambiente realmente saudável desemboca num conceito de territórios sem pesticidas, em que as áreas privadas, como jardins e explorações agrícolas, são também consideradas na adoção de políticas que favoreçam as práticas alternativas.



PONTO DE PARTIDA

O ponto de partida para qualquer mudança é a **motivação**.

O alegado baixo custo dos pesticidas tem sido um dos fatores motivadores para a sua expansão, mas esse argumento revela-se ilusório.

Em termos de produtividade agrícola os **benefícios são 30% inferiores aos custos externos** (impactos na saúde, na biodiversidade, etc) segundo uma avaliação recente realizada pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária francês. Em áreas urbanas é precisamente uma percepção mais alargada dos reais custos dos pesticidas que muitos autarcas começaram a assumir que "... a saúde das gerações futuras e um ambiente seguro não podem ser comparados com uma limpeza artificial dos espaços públicos." (Daniele Chiarioni, presidente da câmara municipal de Occhiobello – Itália). ([Ver notícias aqui.](#)) Assim, a proteção do ambiente, da saúde pública e da saúde dos funcionários dos serviços de higiene pública e espaços verdes tornam-se prioritários face a outras políticas e decisões.

Destacamos em particular as estatísticas do cancro, cujos números interpelam à reflexão. O cancro é de facto um dos mais graves problemas de saúde pública. Pese embora o facto de ser uma doença multifactorial, a contaminação ambiental tem um forte contributo (em especial ao nível dos cancros hormodependentes, como o cancro da mama e da próstata, e de órgãos excretórios, como o fígado e rins). Apesar de ser a segunda causa de morte dos portugueses, mata mais cedo do que as doenças cardiovasculares, que são a primeira causa de morte ([INE, 2017](#)). Desde que surgiu a primeira publicação dos dados nacionais sobre incidência de cancro, em 1993, baseada nos Registos Oncológicos Regionais, o número de novos casos de cancro não pára de aumentar. Considerando os dados disponíveis, entre 1993 e 2010 este número aumentou em média mais de 4% ao ano



Fonte: Registos Oncológicos Nacionais. IPO Porto

Atualmente, **um em cada três portugueses** irá desenvolver um cancro ao longo da vida. Daqui a 10 ou 15 anos será de um em cada dois portugueses!

Sendo o glifosato o herbicida mais utilizado em Portugal, correspondendo a 70% do total dos herbicidas vendidos em Portugal ([conforme relatórios de Vendas de Fitofarmacêuticos da DGVA](#)) e **com elevados níveis detetados na urina de portugueses** (cerca de 260 vezes acima do valor permitido para a água de consumo e 20 vezes maiores do que os detetados noutros países europeus), torna-se impossível ignorar o seu potencial de responsabilidade nas dramáticas estatísticas do cancro em Portugal (por muito que as opções político-económicas proclamem a sua inocência).

PRIMEIROS PASSOS

Convictos de que é necessário agir, há que ponderar os passos a seguir.

Cumprir a atual legislação já contribuiria para uma redução considerável do uso de herbicidas. São ainda muitas as infrações, perversões e incumprimentos flagrantes da letra e espírito da lei. Muito se poderia resolver com uma melhor ponderação das ações de controlo de plantas espontâneas – veja vários exemplos no [site da campanha](#) em “Mais informação – Legislação e incumprimentos mais frequentes”.

Prosseguindo o caminho de maiores restrições, e embora algumas autarquias portuguesas tenham já abandonado os herbicidas sem qualquer período de transição, é aconselhável definirem-se etapas para um processo mais eficaz baseado nas lições de várias autarquias europeias:



1º Comunicar antes de agir e ao longo do processo pelos mais diversos meios (como cartazes, folhetos, boletins e revistas, websites, email ...), e envolver todos os parceiros;

2º Elaborar um plano de ação em que se definem prazos e se identificam os vários tipos de espaços de intervenção e respetivos pontos críticos (bermas e taludes, passeios, calçadas, espaços verdes, cemitérios, jardins clássicos, espécies invasoras...), começando a mudança pelos espaços mais fáceis de gerir;

Nesse plano de ação devem ser consideradas medidas preventivas, como adequar as áreas pavimentadas, a escolha do tipo de pavimento, reparação de juntas, conceção mais natural de áreas verdes, uso de plantas adequadas (de preferência autóctones) para abafar plantas espontâneas indesejáveis, entre outras, de modo a limitar-se ao máximo a necessidade de controlo das ervas, sendo equacionados os vários equipamentos e métodos alternativos apenas nas áreas em que esse controlo seja inevitável.

A abordagem sem herbicidas implica investimentos e maiores custos operacionais numa fase inicial mas a médio e longo prazo, para além dos benefícios diretos na qualidade de vida dos munícipes/fregueses, os custos operacionais poderão ser equivalentes ou mesmo inferiores em relação ao uso de herbicidas desde que haja implementação de medidas preventivas e uma maior aceitação de alguma vegetação espontânea como parte integrante da paisagem urbana, desde que não ponha em causa a segurança pública. Por outro lado, uma visão alargada do espaço público que se interligue e traga à ribalta outras questões como as da participação pública e educação para a cidadania, agricultura urbana, inclusão social, etc. vai necessariamente conduzir a uma diminuição dos custos de higiene urbana e espaços verdes, além de integrar políticas de vários setores.

Conforme acima referido, é importante nesta nova abordagem gerar uma maior aceitação pelas ervas espontâneas – o que nem sempre é fácil. Nesse sentido a Quercus e os Urban Sketers lançaram um desafio de desenho "[Ervas espontâneas na cidade](#)" do qual resultou uma exposição itinerante atualmente disponível para a sensibilização da população em geral. A cedência é gratuita, havendo apenas o encargo com os portes por parte das entidades interessadas (contactar paulasilva@quercus.pt em caso de interesse).

MANIFESTO AUTARQUIA SEM GLIFOSATO / HERBICIDAS E COMPROMISSO DE ADESÃO À REDE EUROPEIA DE LOCALIDADES SEM PESTICIDAS



Em 2014 a Quercus desafiou as autarquias nacionais a assumir a sua opção pelo abandono do glifosato e outros herbicidas através do [Manifesto Autarquia sem Glifosato / Herbicidas](#). Graças a esta campanha foi possível lançar o debate público e conhecer melhor a realidade. À data algumas autarquias tinham já tomado a opção política de não utilizar herbicidas por sua própria iniciativa e motivação: Freguesia de Góis (Góis), desde 2005; Freguesia de Praia do Norte (Horta – Açores), desde 2011 e Freguesia da Carvalheira (Terras de Bouro) desde 2013.

Noutros países europeus várias autarquias têm liderado este processo de mudança. Algumas já abandonaram o uso de pesticidas há décadas, como é o caso de Allerød e Copenhaga na Dinamarca, e de Münster, Saarbrücken e Witten an der Ruhr na Alemanha. Precisamente com o objetivo de aprendermos com os seus exemplos a Pesticide Action Network Europa lançou a campanha “Pesticide Free Towns” (Localidades sem Pesticidas), em março de 2015, onde são compilados exemplos, testemunhos e informações úteis para que cada vez mais autoridades locais optem pelo objetivo ambicioso (e inevitável) de se tornarem livres de pesticidas.

Encontra-se disponível informação útil para aprofundar o assunto nos seguintes sítios:

- [Campanha Autarquia sem Glifosato / Herbicidas](#), nomeadamente o mapa onde estão assinaladas todas as autarquias subscritoras do Manifesto
- Área temática dos pesticidas / [eventos e atividades](#), do qual destacáremos as comunicações e [conclusões do Encontro Nacional “Alternativas aos Herbicidas: exemplos e testemunhos”](#)
- Campanha “[Localidades sem Pesticidas](#)”

É agora criada a [Rede Europeia de Localidades sem Pesticidas](#) cuja adesão é formalizada através da subscrição do respetivo “Compromisso”, para potenciar e prosseguir no apoio ao trabalho autárquico.

A subscrição do Manifesto “Autarquias sem Glifosato/Herbicidas” implica apenas o compromisso das autarquias com o abandono dos herbicidas de síntese nos espaços da sua responsabilidade (salvo eventuais exceções devidamente fundamentadas e comunicadas à Quercus). Já a adesão à Rede Europeia de Localidades sem Pesticidas obriga a um empenho de maior fôlego com o intuito de reduzir todos os pesticidas sintéticos (e não apenas herbicidas) em todo o território público ou privado, e não só nos espaços da responsabilidade da autarquia. Estas subscrições complementam-se, pelo que cada autarquia avaliará as suas condições e momento oportuno para subscrever cada um destes documentos.

Todo o processo de mudança representa um desafio, mas a cooperação e trabalho em rede dos vários setores da sociedade facilitará uma transição benéfica. É com uma postura proativa que a Quercus se mantém disponível para fazer parte desta mudança!

Contacto para informações adicionais:

Alexandra Azevedo
Coordenadora da Campanha Autarquias sem Glifosato / Herbicidas
QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza

Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau
Parque Florestal de Monsanto, 1500-045 Lisboa

Telemóvel 927986193

Email alexandraazevedo@quercus.pt

Web www.quercus.pt
<http://www.quercus.pt/campanha-autarquias-sem-glifosato-herbicidas>
<http://www.localidades-sem-pesticidas.info/>

